

A Geografia no Ensino Básico frente aos novos cenários rurais e urbanos na América Latina

Ronaldo Goulart Duarte
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
duarte.rg@gmail.com

Palavras-chave: Espaço Urbano; Espaço Rural; Ensino de Geografia

Introdução

A relação existente entre a ciência geográfica e a disciplina escolar correspondente é suficientemente complexa para abranger o par dialógico unidade-diversidade. Neste sentido, concordamos com CAVALCANTI (2000, p.9) quando afirma que:

“A ciência geográfica constitui-se de teorias, conceitos e métodos referentes à problemática de seu objeto de investigação. A matéria de ensino geografia corresponde ao conjunto de saberes dessa ciência e de outras que não tem lugar no ensino fundamental e médio como astronomia, economia, geologia, convertidos em conteúdos escolares a partir de uma seleção e de uma organização daqueles conhecimentos e procedimentos tidos como necessários à educação geral”.

Essa faceta da geografia escolar resulta no constante desafio proposto aos educadores da disciplina. Trata-se de manter o permanente diálogo com a ciência geográfica (o que já abarca as interações dessa ciência com outros campos do conhecimento) e ser capaz de fazer a necessária transposição didática de seus conteúdos, à luz das contribuições das ciências da educação.

Foi essa a preocupação que nos impeliu a escrever o presente trabalho, motivado pela constatação de que muitos livros didáticos de geografia não incorporaram boa parte das discussões mais recentes acerca das transformações ocorridas nos espaços rural e urbano, particularmente no que tange às relações socioespaciais entre ambos. Disso resultam distorções conceituais e equívocos quanto à natureza de diversos fenômenos fundamentais para a compreensão do espaço geográfico contemporâneo.

O objetivo central deste trabalho é o de discutir as definições de espaço urbano e espaço rural, assim como as interações entre ambos, especialmente no Brasil, confrontando-as com as concepções mais atuais, de modo a enriquecer sua abordagem no Ensino Básico¹, especialmente no Fundamental, e minorar as distorções encontradas em muitos livros didáticos da disciplina.

¹ O Ensino Básico brasileiro tem 12 anos de duração, sendo nove referentes ao Ensino Fundamental e três ao Ensino Médio.

A discussão acerca das definições que buscam diferenciar espaço urbano e espaço rural e as atuais relações cidade-campo

Ainda que em um trabalho com escopo limitado, como é o caso deste artigo, seja temerário proceder a uma análise das abordagens teóricas sobre as relações campo-cidade, entendemos que é importante desenhar um quadro bastante sinótico das duas principais linhas que permearam a produção acadêmica acerca daquela interação nas últimas décadas.

Essa iniciativa nos permitirá melhor subsidiar a crítica das concepções mais comuns sobre o assunto em tela, presentes nos livros didáticos de geografia, assim como sugerir encaminhamentos que ajudem a superar as limitações atualmente encontradas.

Ao nos debruçarmos sobre as definições referentes ao espaço urbano e ao espaço rural nos livros didáticos de geografia percebemos claramente a presença de um equívoco bastante comum que é o de confundir espaço rural com espaço agrário. Esse problema pode ser de alguma forma creditado à produção acadêmica sobre esse tema, conforme nos aponta Robert Chapuis, professor da Universidade de Borgonha em Dijon:

“A geografia rural tem sido essencialmente uma geografia agrária, aliás ela tornou-se sobretudo uma geografia agrícola, ao invés de tornar-se plenamente uma geografia rural, levando em conta o conjunto das populações e das atividades do espaço rural e não mais somente o que tange à agricultura.” (CHAPUIS, 2005, p.147)

A crítica desenvolvida pelo referido autor não está focada no campo semântico, pelo menos no âmbito acadêmico. Há nítido discernimento entre a esfera da geografia rural (o estudo da organização do espaço rural) e o da geografia agrária (análise dos processos socioespaciais ligados às atividades econômicas da agricultura e da pecuária e as formas espaciais resultantes), estando o segundo campo de análise contido no primeiro.

A afirmativa do autor prende-se à constatação de que os estudos de geografia rural estiveram limitados, por muito tempo, às investigações sobre as atividades agropecuárias, deixando de lado toda uma gama de manifestações pertinentes ao fenômeno rural e suas interações com o fenômeno urbano. Felizmente, podemos afirmar que esse é um quadro do passado (em termos da produção acadêmica), inclusive na América Latina, haja vista a grande produção recente acerca das múltiplas atividades econômicas e diferentes fenômenos sociais presentes no espaço rural e sobre as novas relações urbano-rural.

Já no caso da geografia escolar não se detecta essa clarividência quanto à distinção entre rural e agrário, pelo menos não de forma generalizada. Desse modo, identificamos que um primeiro problema na abordagem do fenômeno rural no ensino da geografia é o reducionismo que limita esse fenômeno e o espaço a ele associado, às atividades primárias nele desenvolvidas.

Essa abordagem é herdeira de uma época na qual enxergava-se uma forte dicotomia entre o espaço urbano e o rural, um entendido como a antítese do outro, relação expressa sob os mais diferentes binômios tais como moderno-arcaico, progresso-atraso, indústria-agricultura, entre outros.

Nas ciências sociais essa perspectiva foi fortemente influenciada pela análise de Marx cuja visão do universo rural era bastante negativa. Um exemplo clássico pode ser observado no fragmento do Manifesto Comunista a seguir:

“A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, *arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural*” (MARX e ENGELS, 2005) (grifo nosso)

Um outro exemplo nos é dado por GOMES (2006):

“Na obra ‘A ideologia alemã’, K. Marx e F. Engels discutem como a vida rural baseia-se numa subserviência à natureza. Eles vêem esta subserviência como uma forma primitiva de sociedade porque é um modo não civilizado de produção. A vida rural não é um outro modo de produção do capitalismo, mas uma fase anterior em seu desenvolvimento.”

As mudanças econômicas e técnicas ocorridas ao longo do capitalismo foram aprofundando as relações campo-cidade e reduzindo essa distância entre os dois espaços e os fenômenos a eles relacionados. Na América Latina esse processo se acentua de fato a partir da década de 1960, com os avanços da Revolução Verde, acelerando-se exponencialmente nas décadas seguintes, marcadamente com a constituição do que o geógrafo brasileiro Milton Santos chamou de meio técnico-científico-informacional.

Essas mudanças promoveram o fortalecimento do poder das cidades de comandar a organização de vastos territórios, neles incluídos os espaços rurais, cada vez mais subjugados pelo vigor do fenômeno urbano. A nova realidade (não tão nova assim no caso dos países centrais do capitalismo) resultou em um viés de análise, de origem marxista, que enxerga a ocorrência de uma homogeneização dos espaços rurais e urbanos.

Para os autores que compartilham esse ponto de vista o processo de urbanização é a característica essencial do capitalismo contemporâneo e as diferentes manifestações fenomênicas desse processo estão igualmente presentes no campo e na cidade. É a idéia de urbanização do campo, processo que, no limite, diluiria as fronteiras entre os dois espaços. Seria, para muitos, o fim do rural, finalmente eliminado pela força da dinâmica urbana.

Um autor brasileiro que se encontra na linha de frente dessa perspectiva é José Graziano da Silva. Para ele, o crescimento das atividades não-agrícolas no campo está causando uma urbanização do meio rural, tanto nas áreas de agricultura tradicional quanto nas de agricultura moderna. Expressando essa ótica de uma fusão espacial, Graziano consagrou a expressão “novo rural brasileiro” e vem difundindo o conceito de rurbarno. Este termo aponta para a concepção de um quadro espacial no qual verifica-se uma coexistência de dinâmicas e características rurais e urbanas. Ele seria a tradução do neologismo inglês *rurban*. Algumas leituras equivocadas deste termo tem atribuído-lhe o significado de rural urbanizado.

Essa concepção de uma integração homogeneizadora do campo e da cidade tem sido criticada por diferentes autores, dos quais destacaremos três. Um é Paulo Roberto Alentejano (2000), em artigo publicado na revista Terra Livre, da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), cujo título já denuncia o caráter polemista do seu texto: “O que há de novo no rural brasileiro?”. Nele o geógrafo se opõe ao prisma de fusão dos espaços urbano e rural e principalmente à sua utilização como referência para a política agrária do governo federal.

Um outro autor que se opõe à perspectiva da supressão do rural é José Eli da Veiga. Para esse professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo:

“Em vez da ‘urbanização do campo’ decorrente da ‘industrialização da agricultura’, desmancha no ar neste começo de milênio a antes sólida separação feita entre a produção (primária ou secundária) e o chamado setor terciário”. (VEIGA, 2002, p.95-96)

O autor em questão defende de forma veemente que o Brasil rural é muito mais significativo do que demonstram as estatísticas oficiais (assunto a respeito do qual trataremos mais adiante neste artigo), as quais atribuem uma condição praticamente residual à população rural, aparentemente corroborando a tese da urbanização do campo no país. Para VEIGA o espaço rural guarda suas especificidades em relação ao urbano como foco de dinâmicas próprias, mas articuladas aos espaços citadinos, as quais são muito mais amplas do que a esfera produtiva da agropecuária.

Essa perspectiva encontra respaldo em também no autor argentino Carlos Reboratti, que afirma:

“A definição do rural e do urbano como contraditórios e antagônicos se baseava na construção de estereótipos que, talvez, refletiram situações passadas ou que só existiram para um olhar mais preocupado em encontrar regularidades e tipologias do que em analisar heterogeneidades e sistemas abertos e dinâmicos. (...) Um dos objetivos de falar de uma nova ruralidade é justamente romper esses estereótipos (...).

Deveríamos, talvez, deixar de centrar o rural no especificamente agrário e agregar à análise do meio rural as outras atividades que estão crescendo: indústrias, serviços, turismo...” (2007, p. 122-123)

Procurando apontar o caminho REBORATTI acrescenta que:

“Buscar uma nova ruralidade não é ocultar os problemas ou mascarar os processos dando-lhes novas etiquetas sem aprofundar na explicação da dinâmica de um espaço que se nos escapa e que muda constantemente ante nossos olhos.” (2007, p. 122)

Concordando com esse ponto de vista, autores como RUA (2001a, 2001b, 2007) propõem novas abordagens capazes de dar conta dessa multiplicidade de interações entre campo e cidade, mas que consideram que elas não significam a destruição do rural pela urbanização. Esta perspectiva reconhece a existência de espaços híbridos nos quais é muito difícil, se não impossível reconhecer a predominância dos processos urbanos ou dos rurais.

Essa abordagem permite, segundo RUA:

“Trabalhar integralmente o rural e o urbano em escala local, regional, nacional, rompendo com o formalismo reducionista do rural definido a priori, por exclusão do urbano, como até aqui, e reforçar o espacial/territorial, mas em complexos espaciais/territoriais mais amplos que permitam ver regiões mais ou menos rurais, cidades em regiões rurais, agropecuária em regiões urbanas (...). (RUA, 2001a, p.34).

Para operacionalizar essa proposta, RUA desenvolve a idéia de trabalhar com o que chama de “urbanidades no rural”, as quais segundo ele define, seriam

“manifestações do urbano (mas nem sempre de origem urbana) em áreas rurais, sem que, por isso, se identifique tais espaços como urbanos” (RUA, 2001a, p.41). O autor afirma que a opção por esse termo vincula-se à sua avaliação de que os termos “urbanização do rural” e “novas ruralidades” não são suficientes para explicar a presença do urbano em áreas rurais.

Sendo assim, a definição de espaço rural com a qual mais nos identificamos é formulada por RUA nos seguintes termos:

“O rural será compreendido como espaço incorporado/incorporador ao/do processo geral de urbanização; integrado ao urbano, mas guardando algumas especificidades (...) que são ‘oferecidas’, ‘descobertas’, ‘exploradas’ como ‘atrações locais’(...). Por outro lado, tem a sua participação intensificada em circuitos e redes sobre as quais não tem poder de decisão (circuitos de circulação, redes logísticas e informacionais). Novas atividades e funções do rural (...) além do importante papel da aposentadoria rural ou o trabalho a domicílio, por exemplo, marcam estas novas formas de integração rural-urbana com distinções cada vez mais difíceis de serem estabelecidas entre essas duas espacialidades.” (RUA, 2001a, p.35)

Dessa forma, a abordagem que, a nosso juízo, melhor traduz as novas relações cidade-campo é essa que concebe a presença do fenômeno urbano nas áreas rurais como expressão dos processos mais gerais de configuração do espaço geográfico contemporâneo, sem que isso signifique a eliminação dos espaços rurais, mas sim como a propagação de “urbanidades” no meio rural, produzindo um espaço misto que não pode ser aprendido a partir das tradicionais definições excludentes de campo e cidade.

O problema do critério de definição de espaço urbano e seus impactos sobre a análise do fenômeno rural

O exame das interações entre o urbano e o rural no Brasil (mas também em outros países latino-americanos) padecem de uma miopia crônica, resultante de uma violenta distorção estatística, a qual afeta simultaneamente a pesquisa acadêmica, as disciplinas escolares e o senso comum. Trata-se do critério de definição de aglomerado urbano.

No Brasil está em vigor um critério que remonta ao período histórico do Estado Novo (1937-1945), ocasião na qual foi editado o Decreto-lei 311/1938 que define até hoje os parâmetros legais para estabelecimento dos espaços urbanos, baseado exclusivamente em critérios políticos-administrativos. Na América Latina, Equador, El Salvador, Guatemala e República Dominicana adotam critérios semelhantes ao brasileiro.

Segundo a legislação brasileira há basicamente dois tipos de aglomerados urbanos. As sedes municipais, as quais tem o estatuto de cidade, e as sedes distritais², denominadas vilas. Não é levado em conta nenhum outro aspecto do aglomerado, seja demográfico, fisionômico ou funcional.

Para agravar ainda mais o problema, essa legislação estabelece que a delimitação do perímetro urbano desses aglomerados está a cargo do poder municipal o qual deve fazê-lo por força de uma lei aprovada pelo poder legislativo municipal.

² No Brasil os distritos constituem uma subdivisão municipal que não possui qualquer autonomia no plano político-administrativo.

Essa atribuição resulta freqüentemente em duas práticas que potencializam ainda mais as distorções geradas por esse critério. Primeiro, o fato de que muitas municipalidades estabelecem o perímetro urbano além do espaço que física e funcionalmente poderia ser considerado como tal. O objetivo é aumentar a arrecadação do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), que vai integralmente para os cofres das Prefeituras, enquanto que o imposto cobrado sobre a propriedade rural, o ITR (Imposto Territorial Rural) destina-se ao governo federal. Dessa forma, áreas urbanas de caráter extremamente duvidoso, para dizer o mínimo, tornam-se artificialmente ainda maiores.

A segunda prática é que, segundo VEIGA (2002, p.55) em 40% dos municípios brasileiros a delimitação oficial desses aglomerados inexistente, sendo improvisada às vésperas dos censos demográficos.

O resultado de um tão desvirtuado instrumento de medida oficial da urbanização é um conjunto imenso de incongruências. Na verdade, de um total de 5.507 sedes municipais brasileiras em 2000, 1.176 tinha menos de 2.000 habitantes, 3.887 menos de 10.000 e 4.642 menos de 20.000 (VEIGA, 2000). Se esses são os números das cidades, sedes municipais por serem a principal aglomeração do município, o que dizer dos dados relativos às vilas, sedes apenas dos distritos municipais?

O produto final dessa sucessão de disparates é a ficção estatística segundo a qual o Brasil possui 81,2% de população urbana (Censo 2000). A Síntese dos Indicadores Sociais 2004 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) já apontava uma taxa de urbanização de 84,3%. Casos semelhantes podem ser verificados em vários outros países da América Latina, o continente do mundo subdesenvolvido com as mais elevadas estatísticas oficiais de população considerada urbana.

Diversas e importantes conseqüências podem ser apontadas a partir dessa miopia conceitual que nos é imposta pelo anacronismo da legislação vigente no Brasil.

O primeiro deles é que os espaços rurais brasileiros são definidos por um critério de exclusão. Não há um critério legal para se definir o espaço rural do país. É rural no Brasil aquilo que simplesmente não é urbano, segundo os princípios da legislação federal e de acordo com os caprichos e interesses locais que delimitam os perímetros urbanos. Reproduzindo a já citada visão depreciativa do campo, esse espaço é a antítese da cidade. É o não-urbano.

O segundo problema é muito mais sério. Ao produzir a ficção de transformar o percentual de população rural em um resíduo declinante, as estatísticas nacionais disseminam a idéia de que o universo rural do país já é inexpressivo e tende a desaparecer. Dá a impressão de ser a confirmação da tese da urbanização do campo.

A decorrência direta desse engodo é a convicção de que se tornam cada vez mais dispensáveis as políticas públicas voltadas para os espaços rurais, inclusive aquelas destinadas a reduzir os disparates da estrutura fundiária nacional e fortalecer a agricultura familiar.

No entanto, uma análise mais cuidadosa mostra números bem diferentes. A pesquisa “Caracterização e tendências na rede urbana do Brasil” conduzida por uma excelente equipe de profissionais de três instituições de primeiro nível do país, o IBGE, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do governo federal) e a UNICAMP (Universidade de Campinas), em 1999, chegou à conclusão que o Brasil inequivocamente urbano é composto por 12 aglomerações metropolitanas, 37 aglomerações urbanas e 77 centros urbanos. Nesse conjunto estão 455 municípios abrangendo 57% da população do país.

Outros 567 municípios (13% da população) são suficientemente dúbios para que alguns de seus núcleos ambicionem a condição de cidade. Nenhum critério sério poderia considerar os outros 4485 municípios como urbanos.

Portanto, a população rural é de, pelo menos, 30% da população total do país, indicando que algo em torno de 1/3 dos brasileiros residem em espaços rurais. Enxergar essa realidade é o primeiro passo para se pensar os espaços rurais e urbanos no Brasil, ou em qualquer outro país, e suas inter-relações para abordá-los adequadamente em sala de aula.

Alguns parâmetros para a abordagem do urbano e do rural no Ensino Básico

Em virtude de tudo o que foi exposto nas duas seções anteriores deste texto, entendemos que é oportuno destacar alguns parâmetros para a abordagem das relações campo-cidade no Ensino Básico. Nossa preocupação está particularmente voltada para o Ensino Fundamental por serem nos anos dessa etapa da escolaridade que são construídos grande parte dos conceitos e conhecimentos geográficos que irão permitir uma visão mais crítica, complexa e realista das interações campo-cidade quando o aluno chegar ao Ensino Médio.

O inverso também é verdadeiro. Se as visões deformadas sobre o rural e o urbano forem estabelecidas no Fundamental, o professor do Ensino Médio terá muito mais trabalho para desconstruir os equívocos. Ou pior, pode acabar por reforçá-los.

Compartilhamos a visão da Psicologia Histórico-Cultural, da chamada Escola de Vygotsky, de que o conhecimento escolar é construído a partir do cotejo entre os conceitos cotidianos e os conceitos científicos. Por isso, conhecer as representações sociais dos alunos (MOSCOVICI, 2003) acerca do urbano e do rural é uma parte vital da estratégia pedagógica do professor de geografia do Fundamental, para evitar que as deturpações do senso comum inviabilizem a construção, por parte do aluno, da capacidade de dispor de instrumentos mais eficazes para desvendar o real no qual está inserido.

É por essa razão que o Ensino Fundamental é o momento ideal para nos guiarmos por alguns princípios que contribuirão para essa transição dos conceitos cotidianos aos científicos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia para o Ensino Fundamental³ ratificam a importância do segmento para a construção das noções socioespaciais ligadas ao urbano e ao rural. No segundo ciclo do Fundamental I, que hoje correspondem ao 4º e 5º anos, os PCNs atribuem a primazia ao tema:

“No segundo ciclo, o estudo da geografia deve abordar principalmente as diferentes relações entre as cidades e o campo em suas dimensões sociais, culturais e ambientais, considerando o papel do trabalho, das tecnologias, da informação, da comunicação e do transporte”.(BRASIL, 1997, p 139)

Reforçando essa ênfase, três dos quatro blocos temáticos têm a dinâmica do urbano e do rural como matriz: “o papel das tecnologias na construção de paisagens

³ Editados pelo Ministério da Educação brasileiro no final da década de 1990, os PCNs, como o nome sugere, são balizamentos referentes a temas, conceitos e abordagens para os diferentes níveis do ensino e que não possuem caráter obrigatório. Eles são mais específicos para os anos iniciais do Ensino Fundamental e mais gerais para os anos mais avançados, especialmente os do Ensino Médio.

urbanas e rurais”, “distâncias e velocidades no mundo urbano e no mundo rural” e “urbano e rural: modos de vida”.

No Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos) um dos quatro eixos do segmento, de acordo com os PCNs, é “o campo e a cidade como formações socioespaciais.

Ao mencionarmos a importância prescritiva do tema urbano-rural pelos PCNs não estamos subscrevendo todas as propostas e considerações contidas no documento oficial. Não estando entre os propósitos deste limitado trabalho fazer uma apreciação crítica dos PCNs para a abordagem da temática em tela, queremos apenas ressaltar o imperativo de sermos criteriosos a respeito de um tema cuja relevância é reconhecida tanto pela produção acadêmica quanto pelas referências curriculares produzidas pelo governo federal.

Todo esse quadro só reforça o caráter oportuno de construirmos coletivamente parâmetros que fundamentem a abordagem qualificada da temática em questão.

O primeiro parâmetro básico é ter clareza da distinção entre espaço rural e atividades primárias. É bastante comum a visão de que o campo, o espaço rural, é o *locus* exclusivamente da agricultura, da pecuária e do extrativismo. Essa visão reducionista não é exclusividade de alguns professores nem das representações sociais dos alunos e está presente nas políticas públicas do governo federal brasileiro para o campo, conforme adverte VEIGA (2002, p 49): “O rural é necessariamente territorial e não setorial como os programas governamentais”.

Se atividades primárias fossem a completa expressão do mundo rural contemporâneo, como explicar o fato de que apenas 1,5% da população economicamente ativa dos Estados Unidos está empregada no setor primário, enquanto a taxa oficial de urbanização do país é de 80,8% (2005) e, segundo critérios da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) 33% dos empregos do país estão localizados em espaços rurais.

A resposta é justamente a diferença entre os critérios para realizar a divisão setorial da população economicamente ativa e os critérios para delimitar espaços urbanos e rurais. Os EUA fazem, por exemplo, a distinção entre condados (equivalentes aos nossos municípios) rurais agrícolas, condados rurais com predomínio da atividade industrial, condados rurais onde predomina o terciário. No Brasil (e em outros países latino-americanos), rural agrícola ainda é visto por muitos como redundância.

Esse primeiro parâmetro de abordagem para o Ensino Básico nos permite desdobrar outros dois que o complementam. Um deles, que constitui nossa segunda sugestão de parâmetro, é a necessidade de problematizar o critério nacional de definição de aglomerado urbano e confrontá-lo com outros critérios mundialmente adotados e que servem para ampliar as noções de espaço urbano pelos alunos. Em um paradigma voltado para os alunos do Fundamental sugerimos, por exemplo, a comparação com o critério usado na Índia:

“Lugares com legislativo municipal, com 5 mil habitantes ou mais, uma densidade maior do que 390 habitantes por quilômetro quadrado, características urbanas pronunciadas e pelo menos três quartos da população adulta masculina empregada em atividades não-agrícolas”. (DUARTE, 2003, p 37)

Diversos autores, com destaque para VEIGA (2002) chamam a atenção também para o critério da OCDE visando definir não os aglomerados, mas as áreas urbanas e rurais, o qual é baseado na densidade demográfica. Esse critério, segundo o autor citado, daria a idéia do grau de artificialização do espaço, ajudando na construção de um possível “índice de pressão antrópica”.

Nas regiões de seus países membros a OCDE considera como rural toda unidade administrativa ou estatística elementar com densidade inferior a 150 hab/km², classificando-as, desde 1994, em três categorias. A unidade rural pode apresentar um núcleo urbano com densidade demográfica superior a 150 hab/km², desde que o resultado geral, computando-se a área do entorno, não ultrapasse este patamar. As categorias definidas são as seguintes:

1 – Essencialmente rurais: são aquelas em que mais de 50% da população regional habita em unidades de base rurais;

2 – Relativamente rurais: são aquelas em que entre 15% e 50% da população regional habita em unidades de base rurais;

3 – Essencialmente urbanizadas: são aquelas em que menos de 15% da população regional habita em unidades de base rurais;

Uma decorrência dessa questão para o trabalho em sala de aula é a importância de mostrarmos aos alunos que a definição de espaços urbanos e rurais não é uma lógica binária e que há margem para encontrarmos espaços matizados nos quais é muito difícil identificar o predomínio das dinâmicas urbanas ou rurais e que, por isso mesmo, são espaços em situações intermediárias entre o rural e urbano. Neste sentido, o termo urbano poderia ser uma saída para identificar esses espaços híbridos (como o faz José Eli da Veiga), contrapondo-se ao uso desse termo como referência ao “campo urbanizado” feito por alguns autores, conforme nos referimos na primeira parte deste texto.

REBORATTI (2007) reforça o ponto de vista de Veiga quando afirma que:

“É possível que devamos ir modificando nossos conceitos para outros mais adaptados às realidades atuais. Hoje o espaço da sociedade é um contínuo que abarca desde áreas de grande densidade demográfica, econômica e comunicacional (o que antes poderíamos considerar como muito urbanas) até outras de densidade muito baixas que antes poderíamos considerar, sem lugar a dúvidas, rurais. Colocar demasiada atenção entre os extremos do contínuo nos fez esquecer que no meio ficava um enorme espaço, inclassificável se nos aferrarmos a esses extremos e cheio de contradições: espaços rurais de alta densidade, indústrias situadas no campo, bordas urbano-rurais onde se mesclam todo tipo de atividade, trabalhadores agrícolas que vivem na cidade, máquinas agrícolas que se conectam com satélites... (p. 122)

Um terceiro parâmetro para a temática em tela é a necessária abordagem da multiplicidade de atividades que podem ser encontradas atualmente nos espaços rurais. As relações cada vez mais intensas entre campo e cidade, a velocidade da circulação de bens, pessoas, capitais, serviços e informações, proporcionada pelas novas tecnologias de telecomunicações e pelo avanço das redes técnicas de transporte não promoveram a urbanização do campo, mas, por outro lado, ampliaram muito as atividades não-agrícolas no campo.

Especialmente nos países desenvolvidos, mas cada vez mais em países semi-periféricos, como alguns da América Latina, cresce a quantidade de pessoas que residem em áreas rurais mas que dedicam-se a atividades como o comércio, o artesanato, a indústria e os serviços. Frequentemente tais atividades estão associadas ao envolvimento em tempo parcial com as atividades primárias, o que caracteriza a chamada pluriatividade.

Além disso, o inverso também é verdadeiro. O Censo Agropecuário de 1995/96 do Brasil já mostrava que muitos agricultores não moram no estabelecimento rural e sim

em área considerada como urbana (é bem verdade que segundo os padrões brasileiros). Cerca de 50% dos agricultores de São Paulo e Goiás estão nessa situação.

José Eli da Veiga (2002) aponta inclusive que as áreas rurais mais prósperas dos países desenvolvidos não são aquelas fortemente vinculadas à agricultura de ponta. Ele destaca que essa vitalidade é tanto maior quanto mais significativa for a adjacência campo-cidade, termo que expressa relações intensas entre espaços urbanos e as áreas rurais circunvizinhas. Nos EUA, o maior dinamismo regional é encontrado nos condados rurais onde predomina o setor terciário com destaque para aqueles que são os destinos preferidos dos aposentados urbanos.

Um quarto parâmetro orientador do tema deste artigo para o ensino de geografia é a necessidade de reforçar com os alunos a idéia de que por mais intensas que sejam as relações campo-cidade no mundo de hoje e por maiores que sejam as “urbanidades” (RUA, 2001a) presentes no rural, os dois espaços apresentam naturezas e características distintas, o que não autoriza, portanto, qualquer conclusão quanto ao fim dos espaços rurais.

Os espaços rurais contemporâneos, não há dúvida, são em grande parte construídos a partir de impulsos emanados da dinâmica urbana. Apesar disso, suas relações sociais e suas manifestações culturais possuem características próprias, embora não necessariamente exclusivas. Características como a forte vinculação às dinâmicas naturais, as quais freqüentemente impõem uma certa sazonalidade, uma forte e particular identidade com o território, a condição de um *habitat* de ocupação mais rarefeita e representações sociais específicas são marcantes no espaço rural. Todos esses aspectos podem ser explorados em sala de aula com os alunos para ajudar a construir as diferenças entre os dois tipos de espaços aqui analisados e suas interações.

Um bom exemplo de temática para viabilizar essa proposta no ensino de geografia é organizar situações de aprendizagem que levem os alunos a perceberem que as novas possibilidades de crescimento das áreas rurais estão muito ligadas a particularidades do patrimônio cultural (por exemplo, o turismo histórico em áreas rurais) e natural (como o turismo ecológico e o turismo de aventura), o que só reafirma os contrastes entre os contextos ambientais do campo e da cidade.

Concluindo por enquanto

Queremos deixar claro que temos plena consciência do caráter preliminar das considerações aqui desenvolvidas, no sentido da construção (que como já apontamos tem que ser coletiva) de uma abordagem escolar mais rica dos fenômenos rural e urbano e as interconexões que os envolvem. Sabemos que os quatro parâmetros aqui apresentados não são de modo algum uma lista exaustiva e sim um possível ponto de partida, que precisa ser ampliado e, principalmente, desdobrado para ganhar operacionalidade mais visível.

Contudo, entendemos que as reflexões aqui apresentadas podem ser uma contribuição bastante positiva para que, a partir da criatividade e do empenho dos profissionais do ensino de geografia possam ser produzidas práticas pedagógicas que oportunizem a construção de uma visão mais fidedigna e rica dessa questão tão central para a desenvolver a habilidade de “leitura” do espaço geográfico contemporâneo.

Bibliografia

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 166p

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 156p

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e construção de conhecimentos.** Campinas, Papirus, 2000. 191p.

CHAPUIS, Robert. **La Géographie Agraire et la Géographie Rurale.** In : BAILLY, Antoine (coord). **Les Concepts de la Géographie Humaine - 5^e édition.** Paris: Armand Colin, 2005. 333 p. pp 149-164.

DUARTE, Ronaldo G. **A CIDADE – Que lugar é esse?** Coleção Geografia em Revista. São Paulo: Ed. do Brasil, 2003. 72p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro.** Disponível em: www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf. (acesso em 06/03/2008)

GOMES, Ivair. **Espaço Rural: Resgate e Propostas Alternativas.** Rio de Janeiro: Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006. CD-ROM.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais 2004. Brasília: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2004/default.shtm>. (Acesso em: 12/10/2006)

MARAFON, Glaucio et al (orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. 329p.

MARQUES, M.I.M. **O conceito de espaço rural em questão.** Terra Livre, São Paulo, Ano 18, n^o. 19, p. 95-112. jul./dez. 2002.

MARX E ENGELS. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2005.255p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais.** Petrópolis: Vozes, 2003. 404p.

REBORATTI, Carlos. El espacio rural em América Latina: pocesos, actores, territórios. In: **Geografia Nuevos temas, nuevas preguntas – Um temário para su enseñanza – 1^a ed.** Buenos Aires: Biblos, 2007. pp 97-124.

RUA, João. **Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas.** In: MARAFON et al (orgs). **Estudos de Geografia Fluminense.** Rio de Janeiro: UERJ, 2001a. pp 27-42.

_____. **Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro.** In: MARAFON, Glaucio et al (orgs). **Estudos de Geografia Fluminense.** Rio de Janeiro: UERJ, 2001b. pp 43-69.

_____. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, Glaucio et al (orgs). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. 329p. pp 271-298.

SILVA, Catia Antonia da et al. **A dimensão rural da metrópole: questões para o debate.** Rio de Janeiro: Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006. CD-ROM.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002. 304p.